



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 8 • nº 33 • mar/abr. 2008

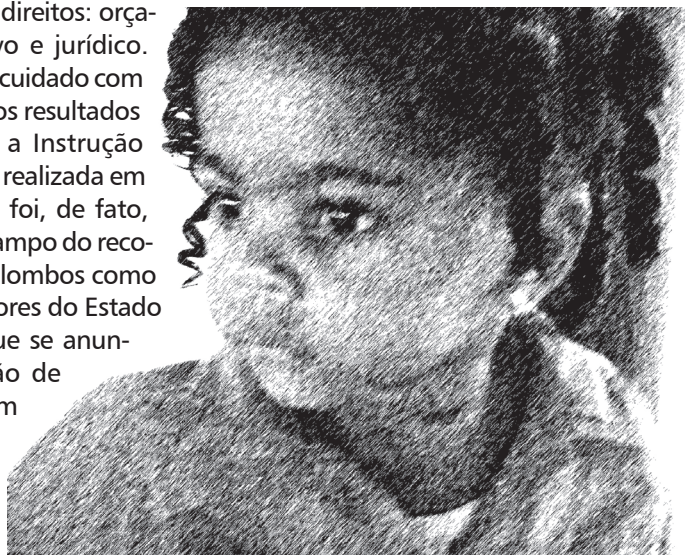
editorial

Em 1831 o governo imperial brasileiro, por pressão do Estado inglês, promulgou uma lei contra o tráfico de escravos no País. Naquela época, como hoje, o Estado brasileiro esforça-se por adotar leis que o façam aceitável entre os países desenvolvidos. Consta que foi esta lei que motivou a criação da expressão “Para inglês ver”, tornada tão popular entre nós. Por meio desta expressão o humor popular designa eventos, decisões e, muito frequentemente, leis destinadas a terem existência puramente formal, sem se realizarem ou sem serem executadas na prática. Se no passado isso significou proibir a importação de africanos como escravos, hoje isso implica adotar uma legislação progressista no plano dos direitos étnicos e raciais, além da legislação (ainda hoje) contra a escravidão contemporânea.

O dilema de ontem, porém, ainda é o de hoje: como fazer com que tais leis, tão progressistas, se realizem na prática. Atualmente contamos com muito mais controles sociais que os africanos e abolicionistas brasileiros do início do século XIX. As organizações populares, os meios de comunicação e um governo formalmente comprometido com a democracia fazem com que as pressões para a realização dos direitos formais sejam muito maiores hoje. Mas ainda assim, vivemos uma situação de insegurança dos direitos, isto é, uma situação na qual não temos certeza de que tais direitos serão efetivados. Os mecanismos que produzem tal insegurança são vários.

De um lado, o governo faz previsões orçamentárias generosas destinadas à implantação de políticas públicas, do que é exemplo o Orçamento Quilombola, anunciando-as com grande alarde. De outro lado, o governo simplesmente não gasta tal orçamento, executando parcelas mínimas das atividades previstas. De um lado, a legislação nacional inclui leis que estão entre as mais progressistas do mundo, por meio da assinatura de diversos acordos e convenções internacionais. De outro lado, no momento de realizar tais leis, o governo cria normas menores, internas às agências de Estado responsáveis por executar tais leis, que estabelecem processos demorados e repletos de obstáculos técnicos e administrativos, e de limitações conceituais. De um lado, a legislação nacional cria novas e importantes figuras de direito, como o conceito de “comunidades quilombolas”, que permite a emergência de novos movimentos sociais. De outro lado, quando os conflitos envolvendo tais movimentos chegam aos tribunais, os juízes reinterpretem tais conceitos de forma a restringir a aplicação de tais direitos, voltando atrás com relação à interpretação de outros juízes.

A luta por direitos não pode restringir-se, portanto, à luta pela produção de leis. É preciso monitorar suas condições de efetivação, tendo em conta tais planos de insegurança dos direitos: orçamentário, normativo e jurídico. Por isso é preciso ter cuidado com as avaliações sobre os resultados da Consulta sobre a Instrução Normativa do Incra, realizada em abril deste ano. Ela foi, de fato, uma conquista no campo do reconhecimento dos quilombos como legítimos interlocutores do Estado brasileiro. Mas o que se anuncia é a consolidação de uma norma que tem por função tornar a lei sobre quilombos apenas uma lei “para inglês ver”.



• NACIONAL

CONSULTA PÚBLICA SOBRE NOVA NORMATIVA DO INCRA

Foi realizado, entre os dias 15 e 17 de abril, o “Seminário Nacional de Consulta Pública à Nova Instrução Normativa do Incra”, convocado pela Advocacia Geral da União para discutir as mudanças nos procedimentos para a identificação e titulação de terras quilombolas.

A Consulta contou com representantes do Grupo de Trabalho formado por 25 órgãos de governo e instituições - cerca de 300 representantes das comunidades quilombolas de todo o país e assessores convidados pelos quilombolas. Trata-se da primeira consulta realizada pelo Governo brasileiro com base na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina esse mecanismo de participação, sempre que medidas administrativas ou normativas a serem adotadas pelo governo afetem comunidades indígenas e quilombolas.

Retrocessos

Todos os itens de alteração da norma propostos pelo GT apontaram na mesma direção: ampliar as dificuldades e o tempo necessários ao processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Entre eles estão o anúncio antecipado dos procedimentos aos possíveis opositores dos trabalhos de regularização, a ampliação do número dos órgãos e entidades envolvidos no procedimento e eleição da AGU como instância de negociação dos interesses opostos aos dos quilombolas. Na prática, isso significa que não haverá mais um relatório autônomo sobre o território quilombola pretendido para ser eventualmente contestado na justiça. As negociações

ocorrerão antes mesmo de finalizado o relatório, no interior do próprio Estado, sob influência da flutuação de seus interesses e alianças políticas.

Outro ponto fundamental de divergência dos quilombolas com as propostas do GT foi relativo à mudança dos critérios de identificação territorial, que o GT quer restringir apenas às terras efetivamente ocupadas, desconhecendo as formas tradicionais de manejo e as terras que foram expropriadas recentemente.

Próximas etapas

O próximo passo do GT será a realização de reunião de trabalho para que seja elaborado o quadro final dos trabalhos da Consulta. O resultado das negociações será levado ao Presidente da República e aos Ministros de Estado, que decidirão pela preservação do texto original ou pela aceitação das propostas quilombolas. Após a decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o resultado final das audiências será sistematizado num texto conclusivo, a ser publicado no Diário Oficial da União, para disciplinar os procedimentos de demarcação de terras dos remanescentes dos quilombos.

Fonte: Jornal A Tarde, AGU e Koinonia

NOTA EM FAVOR DA MARAMBAIA

Quilombolas reunidos na Consulta Pública às Comunidades Quilombolas, realizada em Luziania (GO), de 15 a 17 de abril, divulgaram uma nota de repúdio à postura do Ministro da Seppir, Edson Santos, por suas declarações em reunião com a Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia. De acordo com o documento, durante uma reunião na Ilha, com a presença de militares, o ministro afirmou que seria impossível titular o território



Comunidade da Ilha de Marambaia

reivindicado em função de sua extensão. Contrariando os princípios da Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos Tradicionais, Santos questionou a inclusão nas terras reivindicadas pela comunidade de áreas de floresta, pedras (local onde ficam as fontes de água que abastecem a comunidade) e outras áreas não agriculturáveis, tradicionalmente utilizadas. Ele também declarou que a comunidade não deveria se prender às tradições que compõem sua história e sua própria identidade. Os quilombolas encerram a nota reivindicando que o Presidente Lula se posicione em relação às declarações do ministro.

Fonte: Conaq

POVOS TRADICIONAIS EXIGEM CONSULTA DIRETA

Representantes de comunidades tradicionais, agricultores e de povos indígenas pedem que o governo federal realize consultas públicas presenciais sobre o Anteprojeto de Lei (APL) de Recursos Genéticos. O APL trata do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados às populações e comunidades tradicionais. O governo está promovendo consultas públicas por correspondência (correio eletrônico e cartas).

Em 25 de fevereiro passado, dias antes de encerrar o primeiro prazo destas consultas, 121 organizações da sociedade civil, movimentos sociais, povos indígenas

e tradicionais, entregaram à Casa Civil documento exigindo audiências públicas presenciais nos estados e municípios; o prazo então foi prorrogado até 13 de abril. As populações envolvidas alegam que o processo realizado até agora não ofereceu condições mínimas para ouvir aqueles que serão diretamente impactados pelo APL, o que contraria diversos tratados internacionais que o Brasil assinou, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a Convenção da Diversidade Cultural e a Convenção da Biodiversidade, por exemplo. O governo prorrogou novamente o prazo da consulta por correspondência, agora para 13 de julho.

Fonte: ISA

DECISÃO DA JUSTIÇA FAVORECE QUILOMBOLAS

Em decisão de processo judicial movido contra o Incra, um juiz federal reafirmou que o artigo 68 da Constituição, que assegura a posse da terra às comunidades quilombolas, é auto-aplicável. Sendo assim, o decreto 4.887/03 serve apenas para orientar o governo nos procedimentos necessários para fazer valer o direito reconhecido na Constituição. O juiz Cesar Augusto Bearsi, do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, declarou que “o simples fato de o Decreto ter regulado diretamente a Constituição nada significa, pois o art. 68 do ADCT é auto-aplicável”. A decisão fortalece a compreensão de que o decreto não pode ser questionado, uma vez que não altera a Constituição, apenas estabelece maneiras de cumpri-la.

Fonte: CPI-SP

EM DEFESA DOS DIREITOS QUILOMBOLAS

“*Em Defesa dos Direitos Quilombolas*” é o título do manifesto assinado em 28 de março por diversas entidades da sociedade

civil. O manifesto alerta para o risco de retrocesso na legislação que regulamenta os procedimentos para a titulação dos territórios quilombolas, defende a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, conclama deputados e senadores a rejeitarem o Projeto de Decreto Legislativo 44/2007 - que visa suspender a aplicação do Decreto 4.887 e todos os atos administrativos dele decorrentes, e manifesta solidariedade aos homens e mulheres quilombolas. O documento denuncia ainda a falta de transparência no processo de definição da nova norma técnica do Incra.

Fonte: Boletim Abong e OQ

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES CERTIFICA

Mais 29 comunidades remanescentes de quilombos tiveram certidões de auto-reconhecimento emitidas pela FCP no mês de março. Dessas, 18 são comunidades da Bahia, sete do Maranhão, uma de Goiás, uma do Mato Grosso do Sul, uma de Pernambuco e uma do Rio de Janeiro. Com isso, as comunidades certificadas pela FCP já somam 1.200.

Fonte: Boletim Destaque Seppir, n. 136

• NOS ESTADOS

AP

QUILOMBO CURIAÚ CONCILIA PRESERVAÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL

A comunidade de Curiaú foi o primeiro grupo social quilombola reconhecido no estado do Amapá. Para impedir que o crescimento de Macapá - cidade onde está localizada - engolisse a comunidade e destruísse suas raízes culturais e sociais, o estado criou a Área de Proteção Ambiental de Curiaú (APA).

A área quilombola abrange 3.321 hectares dos 21.676 hectares

da APA, composta por florestas, campos de várzea e cerrados. No local, cerca de 4 mil pessoas vivem da agricultura, da pesca, do cultivo de búfalos e do turismo.

Além das belezas naturais do local, o quilombo se destaca por preservar manifestações culturais como o batuque, a ladainha e o marabaixo - uma dança típica que se tornou tão conhecida no estado que virou nome de bairro e de sorvete em Macapá.

Fonte: Agência Brasil

TO

CONCLUÍDO RELATÓRIO DE BARRA DE AROEIRA

O Incra finalizou o relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade Barra de Aroeira, no município de Santa Tereza do Tocantins. Para que o documento seja publicado nos Diários Oficiais da União e do Estado está faltando o levantamento da cadeia dominial. A partir da publicação, abre-se o prazo de 90 dias para possíveis recursos de contestação. Após este prazo e não havendo contestação, o Incra precisa assinar uma Portaria reconhecendo o território como quilombola e desapropriar as fazendas existentes nas terras quilombolas.

Fonte: A Notícia

MA

CASAS NO QUILOMBO FRECHAL

Em março, a comunidade de Deserto, localizada na Reserva Extrativista do Quilombo Frechal, recebeu com festa 103 casas, construídas através de financiamento assegurado pelo Incra. A reserva fica no município de Mirinzal, a 450 quilômetros de São Luís. São 9.542 hectares, que incluem três

comunidades quilombolas: Frechal, Deserto e Rumo.

Fonte: O Estado do Maranhão

EMPRESA INVADE TERRAS QUILOMBOLAS

A Fundação Palmares constatou que a empresa Alcântara Cliclone Space (ACS) está construindo uma estrada em terras ocupadas tradicionalmente por comunidades quilombolas, em Alcântara. Por causa disso, a empresa foi multada pelo Ibama. No dia 25 de fevereiro, a comunidade Mamuna havia denunciado a devastação da área onde mora. Como forma de protesto, eles bloquearam o acesso à estrada.

A ACS é um consórcio de empresas brasileiras e ucranianas que trabalham no desenvolvimento de projetos para viabilizar o lançamento de foguetes da Base de Alcântara. Organizações representativas das comunidades quilombolas de Alcântara e organizações da sociedade civil encaminharam documento às autoridades federais denunciando as atividades ilegais da ACS em terras quilombolas. No documento de 10 páginas, as organizações exigem, dentre outras providências, a imediata paralisação de qualquer atividade de pré-engenharia, obras ou estudos e a publicação imediata do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) para titular a totalidade do território étnico de Alcântara, sem prejuízo de nenhuma comunidade. O que a empresa alega serem apenas estudos já somam mais de 4 quilômetros de estrada entre as comunidades de Mamuna e Bararacatua.

Fonte: Agência Brasil, Ambiente Brasil, Último Segundo, O Estado de São Paulo e Grupo de Estudos Rurais e Urbanos - GERUR/UFMA

RN

COMUNIDADES RECONHECIDAS

As comunidades quilombolas de Jatobá, em Patu, e Acauã, em

Poço Branco, foram reconhecidas oficialmente como territórios remanescentes de quilombos pelo Incra, em solenidade realizada no auditório do Incra, no dia 9 de abril. Serão beneficiadas cerca de 57 famílias em Jatobá e 17 em Acauã.

Fonte: Tribuna do Norte, Diário de Natal, GT Quilombos e Núcleo de Estudos Brasileiros.

AL

LIXÃO EM GAMELEIRO

Em 23 de março foi concedida uma liminar permitindo que o lixão da cidade de Olhos D'Águas das Flores (AL) permaneça na comunidade de Gameleiro. Há oito anos a comunidade sofre com o lixo que causa mau cheiro e incêndios; prolifera doenças e invade as casas em dias de chuva. A FCP acionou sua Procuradoria Federal para defender os interesses da comunidade.

Fonte: FCP e Observatório Quilombola/KOINONIA

BA

OFICINAS NO BAIXO SUL

O Programa Egbé Territórios Negros, de KOINONIA, esteve na região do Baixo Sul da Bahia para realizar duas oficinas sobre direitos das comunidades negras rurais e remanescentes de quilombo. As oficinas fazem parte do projeto "Capacitação e Apoio ao desenvolvimento das Comunidades Negras tradicionais do Brasil", que teve início em 2007 e é cofinanciado pela União Européia, Christian Aid e EED.

No dia 10 de abril foi realizada uma oficina em Camamu, com a participação das comunidades Dandara dos Palmares, Pimenteira Pratigi, Pedra Rasa, Laranjeira, Garcia, Porto do

Campo, Maria Ribeira e Lameiro. A segunda oficina aconteceu no dia 12 de abril, em Boitaraca, com a presença de quilombolas de Jatimane.

Fonte: KOINONIA



Oficina em Boitaraca (BA)

MS

SEMINÁRIO E MOÇÕES

A Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Mato Grosso do Sul (Conerg/MS) promoveu, entre os dias 14 e 16 de fevereiro, o "I Seminário Nacional Ará Ilu Ayê - Gente da terra da vida: Território tradicional e direito à cidadania". Cerca de 100 pessoas, entre representantes de 20 comunidades, pesquisadores, políticos e integrantes do Incra participaram. O evento foi encerrado com a produção de duas moções assinadas pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e demais associações de remanescentes participantes. Uma delas repudiava veementemente as ações da empresa ERG Mineração e Comércio Ltda, do Estado de Minas Gerais, que tenta instalar lavras para exploração de minérios nas terras da comunidade de Furnas dos Baianos. A outra moção apela ao Incra Nacional e ao Ministério Público que conclua os procedimentos de titulação da comunidade de Picadinha, cujo processo encontra-se parado há mais de um ano.

Fonte: KOINONIA/OQ

Pesquisa TN

O Programa Egbé Territórios Negros realizou, em outubro do ano passado, uma pesquisa sobre o informativo Territórios Negros com objetivo de conhecer a opinião dos leitores sobre a publicação, editada há oito anos. A pesquisa foi realizada durante o Encontro entre KOINONIA e as Comunidades negras rurais e remanescentes de quilombo do Rio de Janeiro. Representantes de oito comunidades participaram da pesquisa e a maioria respondeu que conhece e lê o informativo. Os quilombolas afirmaram que a seção que mais gostam é “Um Pouco de História”, seguida de “Notícias” e “Fala Quilombola”. Para os participantes, a seção “Um Pouco de História” é um espaço para os quilombolas falarem e se conhecerem. A pesquisa também indicou muitas sugestões para o informativo como a publicação de mais histórias antigas sobre as comunidades. Sugestões e críticas podem ser enviadas a qualquer momento; veja no expediente, na última página, como entrar em contato.

SP

PROTESTO CONTRA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA NO VALE DO RIBEIRA

Integrantes de movimentos sociais, ambientalistas, quilombolas, agricultores familiares e pescadores promoveram no dia 12 de março uma manifestação em frente ao prédio do Ibama, em São Paulo. Eles protestaram contra o parecer técnico do instituto que apontou a viabilidade ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira.

Durante o protesto, parte do grupo - formado por cerca de 250 pessoas - invadiu o prédio do órgão. Os manifestantes só

aceitaram desocupar o prédio após terem fechado acordo com o Ibama. “Eles aceitaram o que nós reivindicamos e disseram que não vão dar nenhuma continuidade no processo. Também marcaram uma reunião no Vale do Ribeira”, disse José Rodrigues da Silva, do Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab) e da Associação Quilombo de Ivaporunduva.

Fonte: Globo.com e Agência Brasil

RS

QUILOMBOLAS PARTICIPAM DO PRIMEIRO PLANO DE AÇÃO DO PAÍS

O núcleo da Zona Sul do Estado foi o primeiro em todo o País a entregar seu plano de ações ao programa Territórios da Cidadania, que tem como objetivo apoiar atividades produtivas e prover direitos sociais e de infra-estrutura a moradores rurais. O documento é a primeira versão do Plano de Ações Integradas do Território da Cidadania Zona Sul, um dos 60 locais do Brasil amparados pelo programa, lançado este ano pelo governo federal, que contará com R\$ 11,3 bilhões em 2008, sendo R\$ 315,8 milhões direcionados somente para o Sul do Rio Grande do Sul. O território Zona Sul conta com 27 comunidades quilombolas, sendo que o reconhecimento dessas áreas foi uma das prioridades destacadas pela população local nas discussões promovidas para a elaboração do Plano de Ações.

Fonte: Jornal Agora

FRENTE QUILOMBOLA FARÁ DIAGNÓSTICO

Foi realizada no dia 17 de abril a primeira reunião da recém-constituída Frente Parlamentar por Reparações, Direitos Humanos e Cidadania Quilombola no Rio

Grande do Sul. O principal objetivo da Frente será buscar o cumprimento da legislação existente, em especial a legislação pertinente às terras de remanescentes de quilombos. Entre os encaminhamentos está a elaboração de um mapa das comunidades quilombolas no Estado. Segundo o Incra, há 132 comunidades no RS, em 77 municípios, o que equivale a 3,1 mil famílias. Um grupo de trabalho formado por dez entidades consolidará os dados sobre as comunidades e a legislação existente.

Fonte: Portal Vermelho

PR

JUSTIÇA RECONHECE TERRAS DA COMUNIDADE PAIOL DA TELHA

A Desembargadora Federal, Maria Lúcia Luz Leiria, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Sul) reconheceu, ao cassar uma liminar que impedia a regulamentação das terras dos remanescentes de quilombo da Comunidade Paiol da Telha (PR), o direito fundamental das comunidades tradicionais aos seus territórios. A comunidade - localizada na cidade de Guarapuava - com mais de 100 famílias, foi o primeiro grupo a ser reconhecido no Paraná como quilombola. A desembargadora Leiria descartou a inconstitucionalidade alegada e esclareceu que o caso se enquadra na “possibilidade constitucionalmente prevista para desapropriação para fins de preservação do patrimônio cultural”. A constitucionalidade tem base na premissa de que o Decreto 4887/2003 e Instrução Normativa não criam direitos, apenas instituem procedimentos para a sua realização.

Fonte: Bem Paraná e Paraná online

SANTA RITA DO BRACUÍ - PLANOS E PROJETOS

O Programa Egbé Territórios Negros participou da posse da nova diretoria da Associação do Quilombo de Santa Rita do Bracuí, realizada no dia 24 de fevereiro. Por isso o Fala Quilombola desta edição destaca os planos e desafios da nova diretoria, de acordo com João Luis Ramos, sub-coordenador, e Moizes da Cunha Souza, coordenador de saúde da associação. O Quilombo de Santa Rita do Bracuí fica em Angra dos Reis (RJ) e é formado por cerca de 200 famílias.

TN: Quais são os planos da nova diretoria? Quais são os desafios que vocês enfrentarão?

Moizes: A princípio, concluir a sede o mais rápido possível para que essa sede seja o marco de tudo aquilo que a gente almeja para a comunidade. A partir daí desenvolver os projetos, seja de conscientização, seja de valorização da raça negra. Uma vez que isso tudo comece a acontecer facilitará o processo de titulação, já que somos reconhecidos [como comunidade remanescente de quilombo], mas não somos titulados. O título irá dificultar ainda mais o comércio irregular de terras que está acontecendo aqui. A gente vai ter um poder maior para combater o desmatamento, a poluição e outras coisas. A nossa sede a gente está conseguindo levantar, a gente tem buscado os parceiros e os parceiros têm aparecido. O que a gente não está conseguindo perceber é a presença majoritária da comunidade. Então hoje a grande missão para 2008 é conscientizar a nossa comunidade, para que ela venha, vista a camisa e lute por uma causa que é de todo mundo, essa causa não é da diretoria, essa causa é de todo mundo.

João: Na primeira gestão nós começamos algumas coisas, mas nós éramos um pouco inexperientes. Nós pretendemos promover algumas modificações, como alterações no estatuto. Hoje sabemos, por amadurecimento, que nós temos que mudar algumas linhas de atuação. A gente acredita que vai melhorar a comunicação, a atuação dentro da diretoria e o nível de qualificação de gerenciamento. Nós também temos que fazer coisas para a proteção maior do quilombo. Um dos nossos desafios também é entrarmos em contato com a Secretaria, com o pessoal de meio ambiente, para ver como é que está a saúde do nosso rio. Porque a gente tem certeza que há um alto índice



Moizes da Cunha Souza e João Luiz Ramos do Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis - RJ)

Manoela Vianna

de poluição do nosso rio e isso incide na comunidade. Uma população sem água saudável é uma população que já começa doente.

Moizes: A gente espera que a comunidade venha junto com a gente para participar de todos os processos. A gente tem que descentralizar. O poder, no caso aqui entre aspas, não pode ficar na diretoria. A diretoria apenas vai ser um pedacinho daquela comunidade, que às vezes estará em evidência. A comunidade é o todo, todas aquelas pessoas. Descentralizando a gente fica mais forte e tira algumas responsabilidades das costas de algumas pessoas. Hoje há pessoas aqui adquirindo ilegalmente terras e fazendo grandes sítios. Essas pessoas já estão com medo de perder essas coisas. E a gente não queria que quando a gente fosse dizer que isso não pode, ficasse apenas a diretoria aparecendo. O que a gente quer é que seja a comunidade inteira. Até para a gente não sofrer futuras ameaças.

João: Nós somos uma diretoria na função de multiplicadores.

TN: Na associação do Quilombo de Santa Rita de Bracuí não há o cargo de presidente.

João: Eliminamos porque esse cargo dá um status muito alto. Nós entendemos que uma comunidade, uma associação, deve trabalhar toda nivelada. Para que se um soldado cair o outro possa assumir sua posição. A função de coordenador já é uma designação mais amena. E todo mundo tem que participar de todos os eventos, episódios.

A RODA DOS ENJEITADOS E A ESCRAVIDÃO

Roda dos Enjeitados era uma portinhola que ficava na entrada das Casas de Misericórdia, onde eram depositadas crianças abandonadas pela família. A utilização deste recurso foi uma prática vinda da Europa para os países colonizados. No Brasil não foi diferente, junto com a colonização portuguesa veio a instituição das casas de acolhimento destas crianças. O motivo para o abandono era variado, desde falta de recursos para a criação dos pequenos, gestação indesejada, até o desejo de uma possibilidade de vida melhor para as crianças. Este último muito utilizado pelas escravas, já que de acordo com a legislação portuguesa de 1775, crianças entregues aos cuidados das casas de acolhimento, mesmo negras, eram consideradas ingênuas, portanto, livres.

A estrutura de funcionamento de tais casas consistia na entrega das crianças aos cuidados de 'amas', pessoas que recebiam um pagamento por tal serviço e deveriam manter as Casas de Misericórdia informadas sobre crianças, mas esta estrutura não garantia um controle do que acontecia aos enjeitados. Desta forma, muitas crianças simplesmente desapareciam ou eram dadas como mortas, sem nenhuma investigação. No período de 30 anos, de 1790 a 1820, o preço de um escravo em idade de trabalho aumentou oito vezes, fazendo das crianças negras entregues as Casas de Misericórdia um atrativo para 'amas' mal-intencionadas. Muitas crianças foram vendidas como escravos, retornando assim ao destino que suas mães tentaram evitar para elas. Este era apenas um dos possíveis destinos das crianças enjeitadas, a reescravização.

Na tentativa de evitar isso, a Casa de Misericórdia de Salvador, implantou um sistema de obrigatoriedade de visitas às residências das criadoras, o que fez com que em 20 anos os desaparecimentos de crianças passassem de 17 por ano em 1810, para 2 casos em 1830. Estas visitas possibilitaram o resgate de algumas crianças em condições indevidas.

Em 1828 o pardo Francisco foi encontrado na casa de sua criadora trabalhando como escravo. O menino foi retirado da casa e enviado aos cuidados de outra ama. Outro exemplo foi Florinda Maria, que após ser resgatada narrou sua situação aos irmãos da Casa de Misericórdia. Ela informou que desde muito pequena foi condenada a trabalhar na roça como se fosse escrava, apesar de seu nascimento livre. Outro exemplo do risco que as crianças corriam é o caso de Agostinho Pereira que aos 14 anos foi raptado durante uma viagem. Por ser negro, o menino foi tratado como escravo por seus raptadores.

Somente quando chegou a idade adulta, foi que ele conseguiu recorrer às autoridades para que o libertassem e pagassem o que era devido pelo injusto período de cativeiro.

A partir de 1830 a legislação foi alterada visando uma maior punição para os casos de venda e escravização dos menores expostos. Entretanto, para garantir as medidas era necessário um controle efetivo, o que não era feito.

Não podemos comprovar o que de fato aconteceu com os desaparecidos, se realmente morreram ou foram vendidos como escravos para outros estados. Ou se trabalhavam em casas ao lado das Casas de Misericórdia, nas barbas dos que deveriam garantir seu direito à liberdade.

Ana Gualberto

Graduanda de História - UERJ

Assessora do Programa Egbé Territórios Negros

Fonte Bibliográfica:

VENANCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**, Papiros, 1999.

conheça



VISÕES QUILOMBOLAS – VÍDEOS DE KOINONIA

A temática quilombola tem sido foco de muitas reportagens jornalísticas que trazem erros ou opiniões contrárias aos direitos das comunidades. Esse contexto adverso foi um dos estímulos para o Programa Egbé produzir vídeos nos quais os próprios quilombolas falassem, sem porta-vozes, de sua história, presente e futuro. São cinco spots (vídeos com cerca de um minuto) e três vídeos em que mais de 20 pessoas – entre mulheres e homens, jovens e idosos – foram entrevistadas sobre diversas temáticas, como identidade quilombola, a importância do território, religiosidade, engajamento das novas gerações e a luta contra o racismo e pela preservação da memória.

Veja os vídeos no site de KOINONIA: http://www.koinonia.org.br/visoes_quilombolas/

COMUNIDADE DE PICADINHA

A comunidade quilombola de Picadinha está localizada no município de Dourados, a 245 km de distância da capital, no sentido sul do estado do Mato Grosso do Sul, e faz divisa com os municípios de Itaporã, Ponta Porã e Fátima do Sul.

A história da comunidade remonta ao ano de 1907, quando o senhor Dezydério Felipe de Oliveira saiu do estado de Minas Gerais ajudando a trazer uma boiada para a região de Vista Alegre, no município de Maracaju no Mato Grosso do Sul. Na volta, após um desentendimento com o capataz que cuidava da tropa, decidiu ficar na região e se afastou do restante do grupo. Foi aí que conheceu a índia Terena Maria Cândida, com quem se casou e teve quatro filhos: Benvinda, Thomas, Madalena e Miguel. Em Dourados Dezydério conseguiu a posse de 3.748 hectares de terra na cabeceira do córrego São Domingos, mas após a sua morte, em 1935, a região começou a ser invadida por fazendeiros. Hoje vivem no local apenas 12 famílias confinadas em 40 hectares, já que as demais se mudaram em função da pressão dos fazendeiros que foram lhes deixando sem opção de sobrevivência. Os que permaneceram enfrentam uma série de dificuldades porque não dispõem de área para produção comercial, ficando reduzidos apenas ao necessário para o sustento da família, ou obrigados a se empregarem em regime de diárias para os fazendeiros que lhes expropriaram.

O território reivindicado pela comunidade de Picadinha correspondente à antiga posse de 3.748 hectares do seu Dezydério. As 102 famílias que se organizaram em torno da Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola Dezydério Felipe de Oliveira (Arqdez), são descendentes dele. Ramão Castro de Oliveira, por exemplo, presidente da Arqidez, é seu bisneto.

Reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2005 e com relatório antropológico aprovado pelo Incra em 2006, a comunidade de Picadinha esta há mais de um ano com seu processo de regularização fundiária parado sem qualquer justificativa na Superintendência Estadual do Incra, o que acabou gerando uma Moção Pública formulada na ple-

nária de encerramento do 1º Seminário Nacional Ará Ilu Ayê "Gente da Terra da Vida", realizado em fevereiro de 2008, além de uma denúncia ao Ministério Público Federal em março deste ano.

Daniela Yabeta

Mestranda em História das Instituições - UNIRIO

siglas usadas nesta edição

FCP: Fundação Cultural Palmares

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Eumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site OQ. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Editor: José Maurício Arruti

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Gualberto, Daniela Yabeta.

Programação visual: Cibele Bustamante

Redação: Helena Costa, Manoela Vianna e Marcia Evangelista de Souza

Revisão: Helena Costa

Secretário-executivo KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira



KOINONIA Presença Eumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016



territoriosnegros@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br
oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq

APOIO



CHURCH WORLD SERVICE



NORWEGIAN CHURCH AID



FORD FOUNDATION



Canadian
International
Development
Agency

Agence
canadienne de
développement
international

The United Church Of Canada
L'Église Unie Du Canada

Esta publicação foi feita com apoio da União Européia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade de KOINONIA Presença Eumênica e Serviço e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Européia